

Só um acordo pode impedir a hiperinflação

O barbeiro argentino que cobra cinco dólares pelo corte de cabelo é o elo final da hiperinflação: se a cotação do dólar no paralelo sobe de 30 para 300 austrais, o preço do corte aumenta de 150 para 1.500 austrais e como a inflação é medida em austrais, e não em dólares, ela atinge 900% no serviço de cabeleireiros, por conta da **dolarização** da economia.

No Brasil, acredita-se nos meios econômicos do Planalto, isto não ocorrerá porque não há a **dolarização** — na Argentina, segundo o Banco Mundial, circulariam cinco bilhões de dólares. E também porque falta o elo anterior da corrente hiperinflacionária: a exaustão cambial. Sem reservas, chega-se ao colapso. Já o Brasil ainda pode consumir US\$ 2 bilhões, embora dependa do FMI para atravessar o segundo semestre. Motivo: o Plano Verão acrescentou esse valor ao caixa do Tesouro, pois os exportadores, olhando para os altos juros reais pagos internamente, anteciparam a liquidação de suas vendas externas.

Como a crise cambial mata a economia — mire-se a Argentina —, o Brasil preferirá aceitar mais inflação, que só aleija, como escreveu o ex-ministro Mario Henrique Simonsen. A inflação avançará dos 16% previstos para junho com a volta das desvalorizações diárias do câmbio. E também com a volta da OTN fiscal, rebatizada de BTN fiscal. Ganham os exportadores, e aquietam-se as dúvidas dos credores em cruzados.

Já se sabe: os objetivos do Pla-

no Verão foram sepultados. Pretendia-se chegar até o fim do ano com 10 a 15% de inflação mensal, e 300 a 400 de anual. Agora, porém, entre 15 e 20% até as eleições de novembro já seriam vistos como bom resultado. Principalmente, se acompanhados de um acordo político que refreasse as expectativas e permitisse ao governo obter respaldo para usar os poucos instrumentos de que dispõe para evitar o pior, assegurando a travessia até a entrega do poder ao sucessor de Sarney.

A política hoje, domina as preocupações da área econômica. Afinal, resta pouco espaço para o governo, que necessita de apoio do Congresso para usar alguns instrumentos antiinflacionários de emprego possível: controle do crédito, novas formas de financiar a Previdência, direito de veto à lei do salário mínimo e à política salarial, e privatização de estatais. Sem um fato político, porém, é mais difícil reverter a histeria, alimentada até por consultores econômicos: depois de errarem ao recomendar mais investimentos em 1986, prevendo um mundo róseo, alguns agora pecam por excesso de prudência e recomendam comprar dólares ou ativos reais.

Aí reside exatamente a maior preocupação: a migração de ativos financeiros para ativos reais, ou a fuga de uma parcela dos NCz\$ 90 bilhões que estão nas contas de poupança e no **overnight**.

Para evitar a fuga, joga-se uma queda de braço em que de um lado estão as expectativas positivas, e, do outro, as negativas. O Plano



Epitácio Pessoa/AE

Mailson: acabaram as fórmulas mágicas.

Verão, acredita-se, era exatamente isso: uma tentativa de quebrar a inflação e recuperar a credibilidade. E, já na primeira semana, perdeu a batalha principal: o recuo do governo nas demissões, seguindo-se derrotas sucessivas no Congresso — privatização, reinstalação de estatais, salários do Poder Judiciário, manutenção de incentivos fiscais ao turismo.

A hiperinflação argentina, visível a partir de abril, não serviu para o Brasil ver por onde não deve ir. E, por enquanto, os argentinos nem chegaram ao pior: o desemprego e o desabastecimento. Isto acontece quando os empresários não sabem mais por qual preço devem vender o que produzem. A tese de que a crise vai ajudar o Brasil, portanto, parece perigosa.

Teoricamente, uma hiperinflação pode durar mais ou menos seis meses, liquidar o valor real da Dívida Pública, gerar a reação da sociedade, provocar a mudança da moeda e exigir um novo líder político que coloque a economia nos eixos. No Brasil, entretanto, isto é o mesmo que saltar no abismo. Na pior das hipóteses, poderia gerar até uma guerra civil, teme-se em Brasília.

A lenha na fogueira inflacionária, nos últimos anos, foi lançada principalmente pelos salários na área pública federal, que cresceram de NCz\$ 1,8 bilhão em 1984 para NCz\$ 4,2 bilhões em 1989, a preços de dezembro de 1988. A elevação real, portanto, foi de 133%, por conta de promoções no Ministério da Aeronáutica, depois estendidas aos outros ministérios, e a Lei de Isonomia nas Universidades, que produziram aumentos de até 2.000%. Começou aí uma anarquia no setor público, com vantagens isoladas para grupos de funcionários.

Mais gastos, mais déficit público e, para esfriar o fogo, seria preciso obter uma recuperação de receita tributária entre 4 e 6% do Produto Interno Bruto (tudo o que os brasileiros produzem num ano), conforme cálculos oficiais. Isto representaria US\$ 14 a US\$ 21 bilhões que a União arrecadaria se conseguisse cobrar, de todos, os impostos atuais, sem aumentos. Além da inflação e de a economia ter sido puxada pelas exportações e pela agricultura, que pagam menos impostos, acredita-se que por intermédio das microempresas ocorreu uma evasão

legítima de impostos. Bom para os microempresários, péssimo para o Tesouro. O descontrole é tão grande que uma pesquisa feita pela Receita Federal sobre as empresas que fornecem bens ou prestam serviços ao Tesouro mostrou irregularidades em 97% dos casos, incluindo notas frias e subfaturamento.

A inflação só poderia ser tratada na raiz se a Receita arrecadasse mais, para eliminar o déficit. Se o caminho não é para este governo, a opção está feita: é melhor aceitar uma inflação alta, mas não descontrolada, do que queimar as reservas cambiais ou quebrar as estatais, pela falta de reajustes que recomponham seus custos. O mesmo raciocínio vale para o abastecimento: o governo prefere mais inflação do que a falta generalizada de produtos, tanto que acaba de liberar o preço da carne.

A explosão inflacionária, entretanto, não é vista como inevitável: em maio, supõe-se em Brasília, ela decorreu da expectativa de que um novo choque econômico virá no segundo semestre, contra o qual as empresas já dispõem de antidotos. Mas por menor que seja seu efeito, ele pode ser melhor do que chamar a Mariazinha. Que Mariazinha? Nada menos do que a mulher do chefe da estação que antes de ser despedido foi chamado para um teste. E se vierem dois trens em direção contrária? E se não for possível desviar um deles? E se não houver lanterna para avisá-los? Bom, então é melhor chamar a Mariazinha para ver o desastre, respondeu ele.

Fábio Pahim Jr.